
***Mata de
Santa Genebra
Transmissão S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

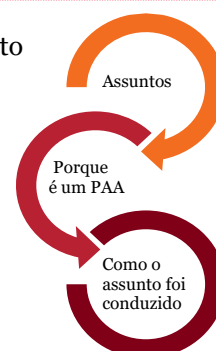
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica

Conforme mencionado nas Notas 3.2 e 8 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado na rubrica de “Ativos de contrato” o montante de R\$ 3.308.089 mil, o que representa 88% do ativo total da Companhia.

O Ativo de concessão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração do ativo de contrato de concessão requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.

Adicionalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento significativo por parte da Administração para a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixas futuros, bem como determinação das margens de lucro esperadas na obrigação de performance identificada. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.

Devido à relevância dos valores e ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas utilizadas, consideramos essa área como foco da auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entedimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica.

Efetuamos a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de performance e entedimento das condições pactuadas, entre elas o preço definido e a existência de margem no contrato.

Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções.

Efetuamos a leitura das divulgações elaboradas pela Companhia nas suas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as premissas e julgamentos significativos utilizados pela Administração na mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

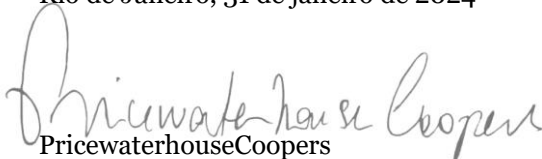
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Valter Vieira de Aquino Junior
Signed By: VALTER VIEIRA DE AQUINO JUNIOR:30333500890
CPF: 30333500890
Signing Time: 31 de janeiro de 2024 | 18:25 BRT

Valter Vieira de Aquino Junior
Contador CRC 1SP263641/O-0



Mata de Santa Genebra Transmissão S.A

CNPJ Nº 19.699.063/0001-06

Sociedade Anônima de Capital Fechado

Av Jundiaí, 1184, 5º Andar – Anhangabaú – Jundiaí - SP

CEP 13208-053

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO SOCIAL DE 2023

Senhores Acionistas,

A Administração da **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG)**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as suas correspondentes Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

Mensagem da Administração

Mudanças importantes marcaram o exercício de 2023 da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. – MSG, que exigiram da Administração da Companhia constante monitoramento e diligência para a tomada tempestiva das decisões estratégicas, com vistas a assegurar o elevado patamar de performance das suas atividades.

No que tange aos aspectos da operação do sistema da Empresa, 2023 iniciou com a reestruturação da sua equipe dedicada. Superada a fase de implantação do empreendimento e esgotadas todas atividades a ela relacionadas, em 2023 coube a readequação do perfil profissional do “time” da Diretoria Técnica, agora voltado à fase operacional do negócio, com a consequente elaboração de planejamento de suas atividades, focado na mitigação de vulnerabilidades pertinentes aos processos de operação e manutenção. O objetivo foi manter em patamares aceitáveis os indicadores de performance do empreendimento (queda acentuada da incidência de Parcela Variável por Indisponibilidade, de 2022 para 2023), sempre respeitando os pilares de boas práticas de segurança do trabalho, gestão ambiental e controle orçamentário.

Mapeamento e gestão de riscos foi outro assunto que mereceu dedicação das equipes e Administradores da MSG em 2023. Por meio da contratação de consultoria especializada, a Empresa revisitou e atualizou sua matriz de riscos, extensamente discutida em seus colegiados, elaborou e iniciou ações de controle, que reduziram, significativamente, a exposição da Empresas a eventos não previsíveis.

O ano de 2023 foi marcado, também, pela ocorrência de importantes movimentações nas acionistas da Companhia, que repercutiram e continuarão repercutindo nos seus processos em 2024.

Em 11.08.2023 foi concluído o processo de capitalização da Companhia Paranaense de Energia - Copel, transformando-a em sociedade anônima de capital disperso e sem acionista controlador. Tal mudança resultou na alteração da natureza jurídica da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT), acionista da MSG e detentora de 50,1% do seu capital social e, por consequência, na modificação da natureza jurídica da MSG. Essa mudança demandou, e vem demandando da Administração da MSG, volume significativo de ajustes em seus processos, para adequá-los à sua nova realidade.

Dentro desse espectro, acionistas, no segundo semestre de 2023 foi iniciado o conjunto de ações para integração das operações de Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas, detentora de 49,9% do capital social da MSG, por Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

Ato inicial foi a obtenção de anuência prévia de pelo menos 2/3 (dois terços) dos investidores das 2ª e 3ª emissões de debêntures da MSG, acerca da consequente modificação na atual configuração societária da Emissora (MSG) e a celebração de aditivos às Escrituras e aos Contratos de Penhor, para refletir, tão somente, a sucessão de Furnas por Eletrobras, para todos os fins, nos documentos das emissões, preservadas todas as demais cláusulas e condições comerciais constantes das Escrituras. Além disso, foi realizado mapeamento de todas as alterações, documentais e processuais, que deverão ser adotadas em virtude desse evento de incorporação.

Ainda no exercício de 2023, a Companhia obteve os termos de atingimento do *completion* físico e financeiro dos agentes fiduciários, VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme escrituras da 2ª (segunda) e 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, respectivamente, comprovando o cumprimento integral das condições estabelecidas, inclusive exonerando as acionistas das fianças oferecidas neste âmbito.

Em dezembro de 2023, no escopo do processo de deliberação do orçamento plurianual 2024-2028 da Empresa, foi aprovada redução do seu capital social, em R\$ 74.110 mil, a ser implementada após cumprido prazo legal de manifestação de credores, previamente autorizada pela 42ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), pela Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 2ª emissão de debêntures, na escritura da 3ª emissão de debêntures e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Quanto ao aspecto econômico financeiro, o Empreendimento auferiu, no ano de 2023, receita operacional na ordem de R\$ 339.416 mil, porém, com os descontos de

indisponibilidades e penalidades, a Companhia recebeu líquido R\$ 316.733 mil. Além desses valores, a Companhia recebeu mensalmente, mediante disponibilização das certidões negativas, o repasse da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de transmissão de energia elétrica às concessionárias de transmissão, conforme REN ANEEL 77/2004. No exercício findo em 31.12.2023 a Companhia recebeu e/ou provisionou o montante de R\$ 19.850 mil, totalizando juntamente com a RAP um total de R\$ 336.583 mil.

Os Investimentos realizados na aquisição de máquinas, equipamentos, materiais, custos ambientais, fundiários e na construção das instalações de transmissão no ano de 2023, atingiram o montante de R\$ 24.429 mil.

No mais, a MSG segue com o firme propósito assumido no Contrato de Concessão 01/2014, de 14.05.2014, em contribuir para o escoamento de energia vinda das Usinas Santo Antonio, Jirau, Teles Pires e Belo Monte para os Estados de São Paulo e Paraná, contribuindo assim com o desenvolvimento do Brasil.

A Administração agradece a confiança de seus acionistas, a participação efetiva de fornecedores, financiadores e órgãos governamentais na implantação e operação das instalações de transmissão detidas pela Companhia destacando o empenho de seus colaboradores e do corpo técnico das empresas acionistas pelo trabalho desempenhado ao longo de 2023, que foi fundamental para o atingimento dos objetivos da Companhia.

1. Perfil da empresa

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (MSG) é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica que atua no setor de transmissão, cujas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Constituída, em 11.12.2013, como Sociedade Anônima de Capital Fechado, tem sede na Av. Jundiáí, 1184, 5º Andar, Anhangabaú, Jundiáí-SP.

A sociedade é formada pela Copel Geração e Transmissão S.A., com sede em Curitiba, Estado do Paraná, na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco A, CNPJ/MF nº 04.370.282/0001-70, detentora de 50,1% das ações ordinárias, e por Furnas Centrais Elétricas S.A., com sede no município e Estado do Rio de Janeiro, na Av. Graça Aranha, 26, lojas A e B, salas 201 a 2101, CNPJ/MF nº 23.274.194/0001-19, detentora de 49,9% das ações ordinárias da transmissora.

Responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN, pelo período de 30 (trinta) anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

2. Governança

A Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e seu Conselho Fiscal encontra-se instalado permanentemente. A Companhia conta, ainda, com o Comitê de Auditoria Estatutário, órgão independente, responsável por assessorar o Conselho de Administração, e, até 29.12.2023, contou com o Comitê de Indicação e Avaliação, o qual foi extinto após a alteração do Estatuto Social da MSG, promovida para adequar o instrumento ao novo regime jurídico privado da Sociedade. Tal reforma foi aprovada na 54ª AGE, realizada na referida data.

Além disso, conforme estabelecido no Estatuto Social, a Administração da MSG prevê o quantitativo de 03 (três) Diretores, 07 (sete) membros do Conselho de Administração e 03 (três) membros titulares do Conselho Fiscal.

Em 31.12.2023, a Companhia contava com 03 (três) Diretores, 07 (sete) membros do Conselho de Administração, 03 (três) membros titulares e 03 (três) suplentes do Conselho Fiscal, e 03 (três) membros do Comitê de Auditoria Estatutário, sendo eles:

Conselho de Administração	Indicação	Conselho Fiscal	Indicação
Caio Pompeu de Souza Brasil Neto*	Furnas	Roberto Zaninelli Covelo Tizon* (Titular)	Copel GeT
Leandro Rabello de Abreu	Copel GeT	Luiz Eduardo Marques Moreira (Titular)	Furnas
Victor Hugo Goes Ricco	Furnas	Rodrigo Figueiredo Soria (Titular)	Furnas
Jairo Machado de Oliveira	Furnas	Haroldo Moleta (Suplente)	Copel GeT
Flávia Menegotto Battisti	Copel GeT	Leonardo de Souza Pereira (Suplente)	Furnas
Antonio Pereira dos Santos Filho	Copel GeT	Anamar Miranda Lacerda (Suplente)	Furnas
Carlos Alberto Marques da Silva	Furnas		

* Presidente do Colegiado.

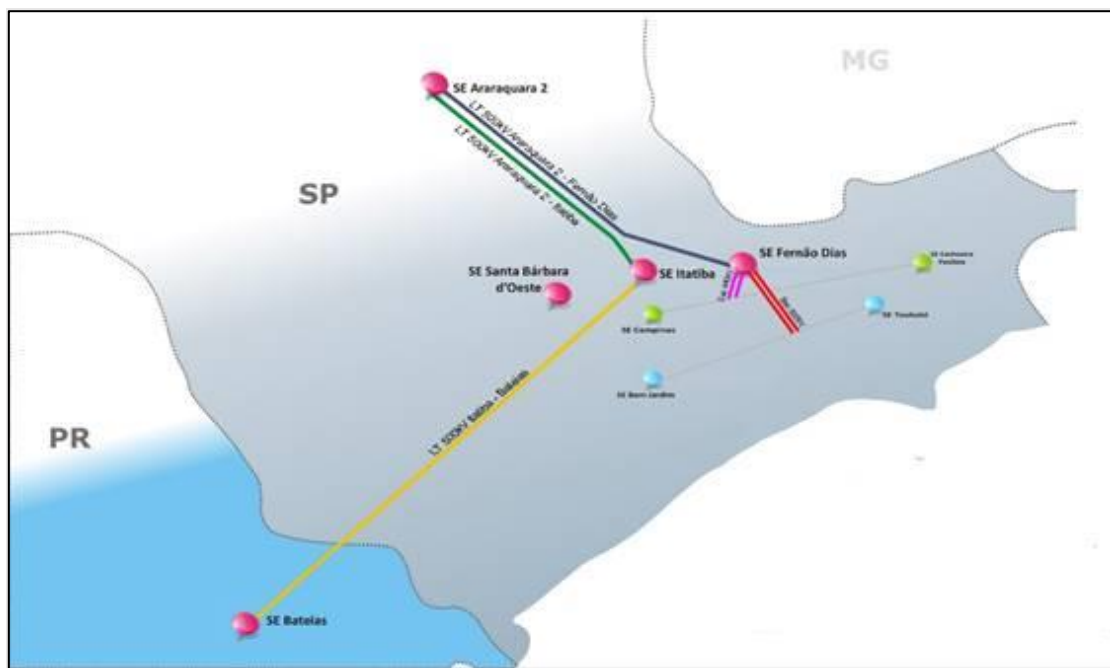
Diretores		Comitê de Auditoria Estatutário	Indicação
José Jurhosa Júnior	Presidência	Antonio Pereira dos Santos Filho*	Copel GeT
Rogério Pereira de Camargo	Diretoria Técnica	Flávia Menegotto Battisti	Copel GeT
Eduardo Henrique Garcia	Diretoria Financeira e de Suprimentos	Carlos Alberto Marques da Silva	Furnas

* Presidente do Colegiado.

3. O Empreendimento

Compreendido nos Estados de São Paulo e do Paraná, o empreendimento, que totaliza 890 km de linhas de transmissão, possui as seguintes instalações:

- LT 500 kV Itatiba - Bateias, 414 km;
- LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;
- LT 500 kV Araraquara 2 - Fernão Dias, 249 km;
- SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático ((± 300) MVAR);
- SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (± 300) MVAR;
- SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) x 400 MVA;
- Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias;
- Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté na SE Fernão Dias.



As receitas da MSG provém de 22 Funções de Transmissão, agrupadas em 6 (seis) grupos distintos, a saber:

ITEM	% da RAP	DESCRIÇÃO
RAP 1	5,16%	Compensador Estático de Reativos - SE Santa Bárbara d'Oeste \pm 300 MVAR;
RAP 2	4,75%	Compensador Estático de Reativos SE Itatiba \pm 300 MVAR;
RAP 3	18,61%	LT 500 kV Araraquara 2 – Itatiba, 222 km;
RAP 4	33,21%	LT 500 kV Itatiba – Bateias, 414 km;
RAP 5	31,15%	LT 500 kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 249 km e SE Fernão Dias 500/440kV, 1.200 MVA (1º Banco de Autotransformador + Reserva);
RAP 6	7,12%	SE Fernão Dias 500/440 kV, 2.400 MVA (2º e 3º Bancos de Autotransformadores)

Em 2023 a MSG alcançou a média de 99,89% de disponibilidade e sua Receita Anual Permitida, aprovada pela ANEEL foi de R\$ 312 milhões (ciclo 2023/2024), o que coloca a MSG, no que diz respeito às receitas, entre as 30 maiores empresas de transmissão do Brasil.

Sob o ponto de vista técnico, destacam-se os seguintes equipamentos:

- Os Compensadores Estáticos de Reativos - *Static Var Compensator* (SVC), instalados nas Subestações de Itatiba e Santa Bárbara d'Oeste, que são os maiores já produzidos pela GE em todo mundo, ambos com \pm 300MVAR de potência. Além disso, neles foram instalados um sistema de controle inédito (ADC- *Advanced Control System*) e um novo modelo de válvulas tiristorizadas, as ATV500;
- Um moderno Banco de Capacitores Série, com 849 MVAR, instalado na SE Bateias;
- Três Bancos de Autotransformadores 500/440 kV, com 1.200 MVA cada, instalados na SE Fernão Dias.

No que diz respeito às Linhas de Transmissão, todas são em 500 kV, Circuito Simples, e totalizam uma extensão de 890 km. São também dotadas de Bancos de Reatores em todas as Entradas de Linhas, que, juntos, somam 600 MVAR.

No que diz respeito às Subestações, são 5 (cinco) instalações (Ampliação das SEs Araraquara 2, Bateias, Itatiba e Santa Bárbara do Oeste e a Construção da SE Fernão Dias).

O destaque é a Subestação Fernão Dias, que está situada na cidade de Atibaia, no estado de São Paulo, e integra um conjunto de instalações que promovem a interligação entre os Sistemas 500 kV e 440 kV, reforçando o atendimento do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro.

SE Fernão Dias em números:

- Área do terreno – 240.000 m²
- Área energizada – 90.000 m²
- 3.600 MVA de capacidade de transformação

Concessionárias que atuam na SE Fernão Dias, além da MSG:

- Furnas Centrais Elétricas S/A
- Cia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S/A (CTEEP)
- Cantareira Transmissora de Energia S/A
- Neoenergia Atibaia S/A
- TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S/A



Quanto às questões relacionadas ao Licenciamento Ambiental, segue breve histórico e posicionamento atualizado:

- As Licenças de Operação emitidas com base na Licença de Instalação (LI) 1096/2015 foram as seguintes:
 - a. LO 1436/2018: ampliação da SE Santa Bárbara d'Oeste e instalação do SVC;
 - b. LO 1519/2019: SVC da SE Itatiba e Seccionamento 500 kV da LT Campinas – Cachoeira Paulista (em processo de transferência para Furnas);
 - c. LO 1555/2020: Seccionamento 500 kV da LT Bom Jardim – Taubaté (Transferido para a CTEEP);
 - d. LO 1556/2020: Linhas de Transmissão 500 kV Itatiba - Bateias; Araraquara 2 - Fernão Dias; Araraquara 2 - Itatiba; da Subestação 500/440 kV Fernão Dias e das ampliações nas Subestações Itatiba, Bateias e Araraquara 2.

Entre janeiro de 2023 e dezembro de 2023, foram protocolados no IBAMA os seguintes relatórios:

- 3º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1556/2020;
- 5º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1436/2018;
- 4º relatório anual de atendimento às condicionantes da Licença de Operação 1519/2019.

Licenças de Operação Válidas

Nº LO	Escopo	Emissão	Expiração
1436/2018	Compensador Estático de Reativos da SE Santa Bárbara d'Oeste	28/03/2018	27/03/2028
1519/2019	Compensador Estático de Reativos da SE Itatiba e Seccionamento da LT 500 kV Campinas - Cachoeira Paulista, interligado a SE Fernão Dias	04/06/2019	03/06/2029
1556/2020	Linhas de Transmissão 500 kV Itatiba - Bateias; Araraquara 2 - Fernão Dias; Araraquara 2 - Itatiba; da Subestação 500/440 kV Fernão Dias e das ampliações nas Subestações Itatiba, Bateias e Araraquara	05/03/2020	04/03/2030

4. Desempenho Operacional

As instalações da MSG estão subdivididas em subconjuntos, que foram agrupados em 35 (trinta e cinco) unidades. O Desempenho Operacional vem sendo monitorado mensalmente, e os indicadores globais apontam para um índice geral de disponibilidade de 99,89% no ano de 2023. A evolução do desempenho de cada uma das funções está registrada na tabela a seguir:

Disponibilidade por Função de Transmissão (1º semestre)

Tipo Função Transmissão	Primeiro Semestre - 2023					
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
CE 300-300 Mvar Santa Barbara d'Oeste CE1	100%	99,97%	100%	94,59%	100%	100%
MG 440 kV Santa Barbara d'Oeste	100%	100%	100%	94,59%	100%	100%
CE 300-300 Mvar Itatiba CE1 SP	99,65%	100%	100%	94,80%	100%	100%
LT 500 kV ITATIBA/BATEIAS C1 SPPR	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
BS 525 kV 849 Mvar BATEIAS CR1 PR	100%	99,69%	98,54%	98,38%	100%	100%
MG BATEIAS/CCO	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
MG ITATIBA/CCO	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RT 500kV 90 Mvar ITATIBA RT1 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RT 500kV 30 Mvar ITATIBA RTR2 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
REA RT 1 90 Mvar - 500 kV Bateias	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RT 525kV 30 Mvar BATEIAS RTR1 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
LT 500 kV ARARAQUARA 2 ITATIBA C-1 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
MG ARA - DJ 500 kV ARARAQUARA 2 1210 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
MG ARA - DJ 500 Kv araraquara 2 1230 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
REA RT 3 136 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RTR 500 kV 24P5 Mvar ARARAQUARA 2 RTR2 SP	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RTR 500 kV 45,3 Mvar Araraquara 2 RTR1	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RTR 500 kV 24P5 Mvar ITATIBA	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Itatiba	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
LT 500 kV Araraquara 2 Fernão Dias c1	100%	100%	99,98%	100,00%	100%	100%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4122 SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4222 SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4322 SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5122 SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5222 SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5322 SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - SB 440 kV FERNAO DIAS SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
MG FDI - SB 500 kV FERNAO DIAS SP	100%	100%	100%	100%	100%	100%
REA RT 1 136 Mvar - 500 kV Fernão Dias	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
RTR 500 kV 45,3 Mvar Fernão Dias RTR1	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%
TR1 500/440 kV Fernão Dias	100%	100%	99,59%	100,00%	100%	100%
TR2 500/440 kV Fernão Dias	100%	100%	99,58%	100,00%	100%	100%
TR3 500/440 kV Fernão Dias	100%	100%	99,58%	100,00%	100%	100%
TRR1 500/440 kV Fernão Dias	100%	100%	100%	100,00%	100%	100%

Disponibilidade por Função de Transmissão (2º semestre)

Tipo Função Transmissão	Segundo Semestre - 2023					
	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
CE 300-300 Mvar Santa Barbara d'Oeste CE1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	96,26%	100,00%
MG 440 kV Santa Barbara d'Oeste	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
CE 300-300 Mvar Itatiba CE1 SP	100,00%	100,00%	99,50%	100,00%	99,50%	99,20%
LT 500 kV ITATIBA/BATEIAS C1SPPR	100,00%	94,47%	100,00%	100,00%	99,74%	100,00%
BS 525 kV 849 Mvar BATEIAS CR1PR	98,38%	94,47%	99,99%	100,00%	99,77%	100,00%
MG BATEIAS/CCO	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG ITATIBA/CCO	100,00%	98,90%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
RT 500kV 90 Mvar ITATIBA RT1 SP	100,00%	97,73%	100,00%	100,00%	99,96%	100,00%
RT 500kV 30 Mvar ITATIBA RTR2 SP	100,00%	98,92%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
REA RT 190 Mvar - 500 kV Bateias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
RT 525kV 30 Mvar BATEIAS RTR1 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
LT 500 kV ARARAQUARA 2/ITATIBA C-1 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG ARA -DJ 500 kV ARARAQUARA 2 1210 SP	100,00%	100,00%	100,00%	98,86%	100,00%	100,00%
MG ARA - DJ 500 Kv araraquara 2 1230 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
REA RT 3 136 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
RTR 500 kV 24P5 Mvar ARARAQUARA 2 RTR2 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
RTR 500 kV 45,3 Mvar Araraquara 2 RTR1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
RTR 500 kV 24P5 Mvar ITATIBA	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Itatiba	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
LT 500 kV Araraquara 2/Fernão Dias c1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4122 SP	97,71%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4222 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4322 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5122 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5222 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5322 SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - SB 440 kV FERNAO DIAS SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MG FDI - SB 500 kV FERNAO DIAS SP	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
REA RT 1 136 Mvar - 500 kV Fernão Dias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
RTR 500 kV 45,3 Mvar Fernão Dias RTR1	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TR1 500kV440 kV Fernão Dias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TR2 500kV440 kV Fernão Dias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TR3 500kV440 kV Fernão Dias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
TRR1 500kV440 kV Fernão Dias	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Disponibilidade – Indicadores

Tipo Função Transmissão	Média dos Indicadores por Função de Transmissão	Média Geral das Disponibilidades	Comparativo entre as Médias
CE 300k-300 Mvar Santa Barbara d'Oeste CE1	99,24%	99,89%	-0,66%
MG 440 kV Santa Barbara d'Oeste	99,55%	99,89%	-0,34%
CE 300k-300 Mvar Itatiba CE1 SP	99,39%	99,89%	-0,50%
LT 500 kV ITATIBA/BATEIAS C1 SPPR	99,52%	99,89%	-0,37%
BS 525 kV 849 Mvar BATEIAS CR1 PR	99,10%	99,89%	-0,79%
MG BATEIASCCO	100,00%	99,89%	0,11%
MG ITATIBA/CCO	99,91%	99,89%	0,02%
RT 500kV 90 Mvar ITATIBA RT1 SP	99,81%	99,89%	-0,08%
RT 500kV 30 Mvar ITATIBA RTR2 SP	99,91%	99,89%	0,02%
REA RT 190 Mvar - 500 kV Bateias	100,00%	99,89%	0,11%
RT 525kV 30 Mvar BATEIAS RTR1 SP	100,00%	99,89%	0,11%
LT 500 kV ARARAQUARA 2 ITATIBA C-1 SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG ARA - DJ 500 kV ARARAQUARA 2 1210 SP	99,85%	99,89%	-0,04%
MG ARA - DJ 500 kV Araraquara 2 1230 SP	100,00%	99,89%	0,11%
REA RT 3 136 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00%	99,89%	0,11%
RTR 500 kV 24P5 Mvar ARARAQUARA 2 RTR2 SP	100,00%	99,89%	0,11%
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Araraquara 2	100,00%	99,89%	0,11%
RTR 500 kV 45,3 Mvar Araraquara 2 RTR1	100,00%	99,89%	0,11%
RTR 500 kV 24P5 Mvar ITATIBA	100,00%	99,89%	0,11%
REA RT 2 73,5 Mvar - 500 kV Itatiba	100,00%	99,89%	0,11%
LT 500 kV Araraquara 2 Fernão Dias c1	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4122 SP	99,81%	99,89%	-0,08%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4222 SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - DJ 440 kV FERNAO DIAS 4322 SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5122 SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5222 SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - DJ 500 kV FERNAO DIAS 5322 SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - SB 440 kV FERNAO DIAS SP	100,00%	99,89%	0,11%
MG FDI - SB 500 kV FERNAO DIAS SP	100,00%	99,89%	0,11%
REA RT 1 136 Mvar - 500 kV Fernão Dias	100,00%	99,89%	0,11%
RTR 500 kV 45,3 Mvar Fernão Dias RTR1	100,00%	99,89%	0,11%
TR1 500/440 kV Fernão Dias	99,97%	99,89%	0,08%
TR2 500/440 kV Fernão Dias	99,97%	99,89%	0,07%
TR3 500/440 kV Fernão Dias	99,97%	99,89%	0,07%
TRR1 500/440 kV Fernão Dias	100,00%	99,89%	0,11%

5. Indicadores Econômico-financeiros

Seguem os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro da Companhia, para o período.

5.1. Receita Operacional Líquida – ROL

Em 2023, a Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. – MSG apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL de R\$ 393.463 mil, representando um decréscimo de 5,3%, R\$ 22.063 mil em relação a 2022. O impacto foi, principalmente, devido à redução do IPCA no período (5,62% em 2023 e 4,45% em 2022).

5.2. Custos e despesas Operacionais:

Os custos e despesas operacionais, excetuando o custo de construção e depreciação, totalizaram R\$ 39.823 mil e, apresentaram um decréscimo de R\$ 5.295 mil, ou 11,7% em relação ao registrado em 2022, impactado, principalmente, pela redução das despesas operacionais e de custos com operação e manutenção.

5.3. Resultado do Exercício

O Resultado do Exercício, totalizou R\$ 116.292 mil, apresentando uma variação positiva de R\$ 4.236 mil, ou 3,78% em relação ao exercício anterior, que registrou um lucro de R\$ 112.056 mil. O impacto foi, principalmente, devido à redução de custos e despesas operacionais e de despesas financeiras atreladas às debêntures, parcialmente compensada pela redução do IPCA nas receitas operacionais.

5.4. EBITDA:

A Companhia alcançou, em 2023, um EBITDA calculado de acordo com a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022, de R\$ 329.212, representando uma margem de 83,7% em relação à receita operacional líquida. Para fins de melhor informação a respeito dos itens que contribuem sobre a potencial geração bruta de caixa, a Companhia divulga também o EBITDA ajustado, considerando no cálculo, ajuste dos itens constantes nas escrituras de emissão de debêntures (principalmente aspectos decorrentes do reconhecimento de receitas societárias, conforme CPC 47 x receitas regulatórias). Para esse fim, o EBITDA ajustado alcançou o montante de R\$ 260.765 mil, uma margem de 87,33%, em relação à receita operacional líquida regulatória.

5.5. Investimento:

Para o ano de 2023, foi aprovado no orçamento da Companhia um total de investimentos no valor de R\$ 65.175 mil.

5.6. Endividamento:**5.6.1. Debêntures:**

A Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 anos seguidos ou 4 anos intercalados, com base nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, independentemente da realização de depósitos da Conta Complementação do ICSD em cada um dos períodos. Em 31.12.2023 a Companhia atingiu ICSD de 1,38, novamente atendendo ao estabelecido nas escrituras.

O cronograma de vencimento da dívida de longo prazo, contemplando debentures é:

<u>Vencimento</u>	<u>Valor</u>
2025	70.609
2026	76.817
2027	86.645
2028	92.687
2029	101.741
Após 2029	1.257.218
	<u>1.685.717</u>

5.7. Dividendos:

No exercício findo em 31.12.2023 a Companhia auferiu lucro de R\$ 116.292 mil. Com isso, propõe-se, após as destinações legais, a distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 27.619 mil. Além disso, considerando a obtenção dos termos de atingimento do *completion* físico e financeiro do empreendimento, a Administração propõe a distribuição de dividendos adicionais, no montante de R\$ 82.858 mil, perfazendo, assim, a distribuição total de seu resultado financeiro após destinações legais. Maiores informações nas NEs nº 13.3 e 16.3 das Demonstrações Financeiras.

6. Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162, de 13 de julho de 2022 a MSG informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes, *PwC – PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes, que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Contábeis.

7. Encerramento e agradecimentos

A Administração da MSG, comprometida com a operação deste empreendimento na forma prevista pelo Plano de Negócios, direciona seus esforços para contribuir com a melhoria do sistema elétrico brasileiro e agradece a seus acionistas, fornecedores, colaboradores e órgãos governamentais.

Jundiaí, 31 de dezembro de 2023.

José Jurhosa Júnior
Diretor-Presidente

Eduardo Henrique Garcia
Diretor Financeiro e de Suprimentos

Rogério Pereira de Camargo
Diretor Técnico

1 2 Relatório da Administração - 2023 FINAL r2 26 01 2024 pdf

Código do documento 23e1e48e-d516-4d20-b6b5-b03faaab2406



Assinaturas



jose jurhosa junior
jurhosa@msgtrans.com.br
Assinou



Rogério Pereira de Camargo
rogerio.camargo@msgtrans.com.br
Assinou

Rogério Pereira de Camargo



Eduardo Henrique Garcia
eduardo.garcia@msgtrans.com.br
Assinou

Eduardo Henrique Garcia

Eventos do documento

29 Jan 2024, 10:18:20

Documento 23e1e48e-d516-4d20-b6b5-b03faaab2406 **criado** por TATIANA EMY SAIMI (b5114fdf-6c13-4fe5-a1b2-3d742be2c73f). Email:tatiana.saimi@msgtrans.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-29T10:18:20-03:00

29 Jan 2024, 10:19:37

Assinaturas **iniciadas** por TATIANA EMY SAIMI (b5114fdf-6c13-4fe5-a1b2-3d742be2c73f). Email:tatiana.saimi@msgtrans.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-29T10:19:37-03:00

29 Jan 2024, 10:21:33

EDUARDO HENRIQUE GARCIA **Assinou** - Email: eduardo.garcia@msgtrans.com.br - IP: 189.95.155.79 (189-95-155-79.3g.claro.net.br porta: 62308) - Documento de identificação informado: 815.247.496-72 - DATE_ATOM: 2024-01-29T10:21:33-03:00

29 Jan 2024, 10:24:28

JOSE JURHOSA JUNIOR **Assinou** (5fafac6a-4b2b-4928-b72c-7d0103d1b35a) - Email: jurhosa@msgtrans.com.br - IP: 189.6.9.15 (bd06090f.virtua.com.br porta: 44132) - Documento de identificação informado: 174.593.891-53 - DATE_ATOM: 2024-01-29T10:24:28-03:00

30 Jan 2024, 09:11:30

ROGÉRIO PEREIRA DE CAMARGO **Assinou** - Email: rogerio.camargo@msgtrans.com.br - IP: 177.157.210.72 (177.157.210.72.dynamic.adsl.gvt.net.br porta: 32484) - Documento de identificação informado: 087.958.418-14 - DATE_ATOM: 2024-01-30T09:11:30-03:00



Hash do documento original

(SHA256):4590ed0e8b78f674418db5d6df40994f96aa21e84a4eb5325afc791ae99c2d1c

(SHA512):e881b21fa4deb856d39a1b2ab76d3dc20143b6f445a17322ea3b958143fa694e0350952e1522c1b98899b90eaa0c9eef760575e6ca86b45361616d91c86f2a2e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balancos Patrimoniais	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	8
1. Contexto Operacional	8
2. Base de preparação	9
3. Políticas contábeis	10
4. Caixa e equivalentes de caixa	16
5. Títulos e valores mobiliários	16
6. Clientes	16
7. Tributos	16
8. Ativos de contrato	18
9. Fundos vinculados	19
10. Imobilizado	20
11. Fornecedores	20
12. Partes relacionadas	21
13. Debêntures	21
14. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	22
15. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	23
16. Patrimônio líquido	25
17. Receita operacional líquida	27
18. Custo de operação	27
19. Resultado financeiro	27
20. Instrumentos financeiros	28
21. Coberturas de seguros	31
22. Eventos Subsequentes	31

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.560	32.903
Títulos e valores mobiliários	5	249.515	119.279
Clientes	6	36.169	31.764
Impostos a recuperar	7	27.088	15.199
Ativos de contrato	8	335.126	323.419
Fundos vinculados	9	17.559	16.915
Outros ativos circulantes		244	189
		689.261	539.668
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Ativos de contrato	8	2.972.963	2.868.586
Fundos vinculados	9	95.511	137.286
Impostos a recuperar	7	9.388	40.640
Outros ativos Não Circulantes		179	157
		3.078.041	3.046.669
Imobilizado	10	305	196
Intangível		67	94
Direito de uso de ativos	14	500	874
		3.078.913	3.047.833
TOTAL DO ATIVO		3.768.174	3.587.501

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanços Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (continuação)

Em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	8.042	13.335
Salários e encargos sociais		481	625
Obrigações fiscais	7	680	421
Dividendos a pagar		27.619	26.613
Debêntures	13	77.365	70.775
Passivo de arrendamentos	14	351	353
Outros passivos circulantes		1.437	1.650
		115.975	113.772
NÃO CIRCULANTE			
Debêntures	13	1.685.717	1.668.794
Passivo de arrendamentos	14	181	556
Tributos diferidos	7	460.252	385.739
Provisões para litígios	15	32.191	35.134
Outros Passivos não Circulantes		3.428	1.748
		2.181.769	2.091.971
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16		
Capital social		1.209.074	1.209.074
Reserva legal		17.138	11.324
Reserva de Retenção de Lucros		161.360	161.360
Dividendo Adicional Proposto		82.858	-
		1.470.430	1.381.758
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.768.174	3.587.501

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17	393.463	415.526
Custo de operação	18	(43.248)	(49.843)
LUCRO BRUTO		350.215	365.683
DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS			
Pessoal		(10.044)	(10.435)
Materiais		(71)	(32)
Serviços de Terceiros		(4.331)	(4.679)
Tributos		(52)	(887)
Arrendamentos		(108)	(98)
Depreciação e Amortização		(398)	(477)
Seguros		(152)	(207)
Recuperação de despesas		7	3
Provisões e Reversões		(7.599)	(587)
Outras receitas (despesas) operacionais		1.338	(1.229)
		(21.410)	(18.629)
LUCRO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		328.805	347.054
Resultado financeiro	19		
Receitas financeiras		47.188	42.329
Despesas financeiras		(200.768)	(219.652)
		(153.580)	(177.322)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		175.225	169.732
Imposto de renda e contribuição social correntes	7	(15.998)	(2.203)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(42.935)	(55.472)
		(58.933)	(57.676)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		116.292	112.056
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - BÁSICO E DILUÍDO (em R\$)	16.4	0,0962	0,0927

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO		116.292	112.056
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		116.292	112.056

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Reservas de lucros			Lucros / (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Retenção de Lucros	Dividendo Adicional Proposto		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		1.331.900	5.721	81.520	-	-	1.419.141
Redução de capital		(122.826)	-	-	-	-	(122.826)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	112.056	112.056
Destinação proposta à A.G.O.:	16.3						
Reserva legal		-	5.603	-	-	(5.603)	-
Dividendos		-	-	-	-	(26.613)	(26.613)
Reserva de retenção de lucros		-	-	79.840	-	(79.840)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		1.209.074	11.324	161.360	-	-	1.381.758
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	116.292	116.292
Destinação proposta à A.G.O.:	16.3						
Reserva legal		-	5.815	-	-	(5.815)	-
Dividendos		-	-	-	-	(27.619)	(27.619)
Dividendo Adicional Proposto		-	-	-	82.858	(82.858)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		1.209.074	17.139	161.360	82.858	-	1.470.430

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de reais

	NE	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do exercício		116.292	112.056
Ajustes para a reconciliação do Lucro Líquido do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		188.297	217.770
Remuneração de contratos de concessão de transmissão		(372.411)	(384.394)
Imposto de renda e contribuição social	7.3	15.998	2.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.3	42.935	55.473
PIS e COFINS diferidos		6.451	5.280
Depreciação e amortização		406	477
Provisões contratuais		(3.235)	-
Provisão (reversão) de indisponibilidade da linha		2.683	(10.942)
Provisões e reversões		7.599	537
		5.015	(1.540)
(Aumento)/Redução nos ativos		(6.425)	(13.685)
Clientes	6	(6.337)	(10.006)
Impostos a recuperar	7.2	(12)	(3.663)
Outros ativos		(76)	(16)
Aumento/(Redução) nos passivos		25.750	(33.185)
Fornecedores	11	(2.058)	(15.189)
Obrigações fiscais	7.2	28.849	(1.926)
Salários e encargos sociais		(144)	(200)
Passivo de arrendamentos	14	(374)	(457)
Outras contas a pagar		-	(17.341)
Outros passivos		1.467	1.928
Provisões para litígios quitadas	15.1	(1.990)	-
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		24.340	(48.410)
Amortização do ativo de concessão	8	279.515	274.922
Pagamento de IRPJ e CSLL		(15.916)	(2.203)
Pagamento de juros debêntures	13	(112.363)	(105.322)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		175.576	118.987
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Títulos e valores mobiliários	5	(130.236)	250.713
Aquisição de imobilizado	10	(147)	(51)
Aquisição de intangível		-	(50)
Adição ao ativo de concessão	8	(4.506)	(21.480)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(134.889)	229.132
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Redução de capital		-	(122.826)
Fundos vinculados	9	41.130	(133.210)
Amortização de debêntures	13	(64.547)	(49.043)
Dividendos pagos		(26.613)	(27.173)
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(50.030)	(332.252)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(9.343)	15.867
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		32.903	17.036
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		23.560	32.903
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(9.343)	15.867

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto Operacional

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (“MSG” ou “Companhia”) é uma Concessionária de Serviço Público de Energia Elétrica que atua no setor de transmissão, cujas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Constituída em 11.12.2013, como Sociedade Anônima de Capital Fechado, tem como acionistas a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) (50,1%) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) (49,9%). É responsável pela construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão integradas à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional – SIN.

A MSG arrematou o Lote A do leilão ANEEL nº 07/2013 realizado em novembro de 2013. O Aviso de Homologação e Adjudicação do referido leilão foi publicado no Diário Oficial da União em 24.03.2013. O Contrato de Concessão nº 01/2014 foi assinado em 14.05.2014, pelo prazo de 30 anos, com vencimento portanto em 13.05.2044.

O contrato de concessão previa as seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná, com prazo de entrada em operação comercial em 42 meses:

- LT 500kV Itatiba – Bateias;
- LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba;
- LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias;
- SE Santa Bárbara D’Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar;
- SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e
- SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

Além dessas instalações, o contrato de concessão previa também as seguintes obras, com prazo de entrada em operação comercial em 48 meses:

- Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias;
- Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté na SE Fernão Dias.

Conforme previsão, esses últimos bens foram transferidos sem ônus para as concessionárias de transmissão das linhas seccionadas (Furnas Centrais Elétricas S.A. e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP, respectivamente).

Todas as instalações já entraram em operação comercial e, atualmente, tem Receita Anual Permitida – RAP de R\$ 312.074, homologada através da Resolução Homologatória nº 3.216 de 4 de Julho de 2023. A próxima revisão tarifária será em 2024 (vigente a partir do mês de julho).

2. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 26.01.2024, após manifestação favorável do Comitê de Auditoria Estatutário.

2.1. Moeda Funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e estas revisões são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 – Instrumentos Financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas com uma possibilidade razoável de levar a ajustes significativos nos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro:

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- Nes nºs 3.2 e 8 – Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixas;
- Nes nºs 3.3 e 6 – Perdas de créditos esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- Nes nºs 3.4 e 15 – Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NE nº 3.5 – Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção; e
- Nes nºs 3.7 e 7 – Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros.

2.4. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu, na data da aprovação das demonstrações financeiras, não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação deve ocorrer de forma prospectiva.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

3.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Ativos de contrato

Representa o saldo do contrato de serviço público de transmissão de energia elétrica firmado com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida – RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e também faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

Após o início da operação comercial e na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente a receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção, referente a remuneração dos ativos construídos. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é reclassificado para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa o lucro suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa de remuneração é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro sobre o custo na fase de construção e também da projeção da RAP a ser recebida na fase de operação, já líquida da estimativa da contraprestação variável (PV) e da parte da RAP da performance de O&M. Essa técnica de avaliação de valor justo pela abordagem de receita desconta o fluxo de caixa de todo o período da concessão, determinando no reconhecimento inicial a taxa implícita que zera o fluxo ao longo do tempo. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato e representa a taxa de mercado vigente a época nas condições da negociação entre partes.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6) e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5).

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

No vencimento da concessão, se houver saldo remanescente ainda não recebido relacionado à construção da infraestrutura, este será recebido diretamente do Poder Concedente, conforme previsto no contrato de concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da RAP.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.3.2. Ativos não financeiros

O valor recuperável de ativos de contrato na sua fase de formação é testado no momento de sua mensuração, em decorrência principalmente da utilização da taxa efetiva de juros fixada no início do projeto e levada até o final do fluxo de caixa da concessão. Após o início da operação comercial a parte da receita faturada é testada no contas a receber de clientes e a parte a receber condicionada a cumprir a obrigação de performance de manter e operar a infraestrutura, a Companhia não apresenta histórico e nem expectativa de perdas, pois são garantidas por estruturas de fianças, pelo rateio compartilhado de eventual inadimplência entre os demais integrantes do sistema interligado nacional gerido pelo Operador Nacional do Sistema – ONS e pela regulamentação do setor.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao custo de construção. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas, incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento, são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.5. Reconhecimento da receita

3.5.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida.

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica.

3.5.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica, é reconhecida a receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6. Receita de construção e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão na fase construção foi de 1,65% e deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7. Tributos

3.7.1. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%,

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.7.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir do exercício de 2023, estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) CPC 50 – Contrato de seguros;
- (ii) Alterações no CPC 26 – Divulgação de políticas contábeis;
- (iii) Alterações no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- (iv) Alterações no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir do exercício de 2024 a 2026 estarão vigentes as alterações nas seguintes normas:

- (i) Alterações no CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture (sem data de vigência definida);
- (ii) Alterações no CPC 26 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) Alterações no CPC 06 – Arrendamentos (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) Alterações no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação (a partir de 1º.01.2024).

A Companhia não identificou impactos relevantes provenientes das alterações de normas já aplicáveis a partir de 1º.01.2024, sem expectativa de impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
4. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	23.560	32.903
	23.560	32.903

5. Títulos e valores mobiliários

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações financeiras – BB	240.864	64.786
Aplicações financeiras – CEF	8.651	54.493
	249.515	119.279

Os investimentos no Banco do Brasil são realizados através do BB RF CP CORPOR AGIL, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,2% a.a. e rentabilidade acumulada de janeiro a dezembro de 2023 foi de 12,62% (equivalente a 97% do CDI). Os investimentos da Caixa Econômica federal, caracterizado como baixo risco, taxa de administração de 0,1% a.a. De janeiro a dezembro de 2023 a rentabilidade foi de 13,01% (equivalente a 100% do CDI)

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Encargos de uso da rede elétrica	31.362	3.411	3.442	38.215	31.877
(-) Perdas de créditos esperadas	(51)	(6)	(1.989)	(2.046)	(113)
	31.311	3.405	1.453	36.169	31.764

7. Tributos
7.1. Tributos diferidos

	31.12.2023	31.12.2022
Pis e Cofins diferidos (7.1.1)	(301.938)	(270.360)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (7.1.2)	(158.314)	(115.379)
	(460.252)	(385.739)

7.1.1. PIS e Cofins diferidos

Refere-se a PIS e Cofins diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e remuneração do ativo de concessão sob a alíquota de 9,25%.

	Saldo em 31.12.2022	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Passivo não circulante				
Remuneração do ativo de concessão e receita de construção	(270.360)	(61.066)	29.488	(301.938)
Líquido	(270.360)	(61.066)	29.488	(301.938)

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
7.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31.12.2022	Reconhecido no resultado		Saldo em 31.12.2023
		Adições	Baixas	
Ativo não circulante				
Prejuízo Fiscal / Base negativa	165.998	-	(16.098)	149.900
Diferenças Temporárias	2.341	3.481	-	5.822
	168.339	3.481	(16.098)	155.722
(-) Passivo não circulante				
Remuneração de Ativos de Concessão	(282.380)	(29.197)	-	(311.577)
Diferenças Temporárias	(1.338)	(1.121)	-	(2.459)
	(283.718)	(30.319)	-	(314.037)
Líquido	(115.379)	(26.837)	(16.098)	(158.314)

Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme projeções de fluxos de caixa futuros elaborados pela Companhia, de acordo com os fluxos decorrentes da entrada em operação e orçamento, a Companhia pretende utilizar os tributos diferidos até o final da concessão.

2024	16.387
2025	15.099
2026	16.946
2027	20.116
2028	22.701
2029 a 2031	58.531
2032 em diante	(308.093)
	(158.314)

7.2. Outros impostos a recuperar e obrigações fiscais

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Imposto de renda e Contribuição social (a)	27.085	15.185
Tributos a recuperar	3	14
	27.088	15.199
Ativo não circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	9.260	40.509
Outros tributos a recuperar	128	131
	9.388	40.640
Passivo circulante		
Imposto de Renda e Contribuição Social	(82)	-
Outros tributos a pagar	(598)	(421)
	(680)	(421)

(a) Tributos em processo de restituição e/ou compensação em análise por parte da Receita Federal, sendo que parte do saldo foi utilizado para compensação de Pis/Cofins (R\$ 28.672 em 2023 e R\$ 7.156 em 2022).

7.3. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL	175.225	169.732
IRPJ e CSLL (34%)	(59.577)	(57.709)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	620	9
Adicional de IRPJ	24	24
IRPJ e CSLL correntes	(15.998)	(2.203)
IRPJ e CSLL diferidos	(42.935)	(55.472)
Alíquota efetiva - %	33,6%	34,0%

8. Ativos de contrato

Os ativos de concessão são registrados com base nas normas contábeis do ativo de contrato. O modelo de ativo contratual estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

Os ativos contratuais incluem os valores a receber referente aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo os mesmos mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa implícita de financiamento do projeto vigente quando da formalização do contrato de concessão.

Conforme previsão legal e disposições do contrato de concessão, no advento de seu termo final, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora. Esta disposição se estende aos bens originalmente públicos ou aplicados ao serviço por instrumentos de direito público (ex. expropriação), bens reversíveis adquiridos pela concessionária e à direitos reais e pessoais sobre bens de terceiros, públicos ou privados, como ocorre com as servidões de passagem para equipamentos de infraestrutura, sejam estes contraídos de forma amigável ou judicial. Devido ao fluxo futuro depender da performance de operar e manter a infraestrutura, o montante foi classificado como ativo de concessão.

Os saldos são compostos conforme quadro abaixo:

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante	335.126	323.419
Ativos de Contrato – Amortizável	340.563	326.173
(-) Disponibilidade da linha	(5.437)	(2.754)
Ativo não circulante	2.972.963	2.868.586
Ativos de Contrato – Amortizável	2.789.537	2.700.770
Ativos de Contrato – Indenizável	183.426	167.816
	3.308.088	3.192.005

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

O quadro a seguir apresenta a movimentação dos saldos:

Em 1º.01.2022	3.016.006
Adição	21.480
Provisão para litígios (a)	34.105
Atualização financeira	384.394
Amortização	(274.922)
Provisão de indisponibilidade de linha (NE nº 17)	10.942
Saldo em 31.12.2022	3.192.005
Adição	7.363
Reversão de provisão para litígios (a)	(6.620)
Atualização financeira	397.538
Amortização	(279.515)
Reversão de indisponibilidade de linha (NE nº 17)	(2.683)
Saldo em 31.12.2023	3.308.088

(a) Refere-se à melhor estimativa de indenização pelos desembolsos em processos judiciais que discutem o valor dos terrenos utilizados para servidões de passagem das linhas de transmissão, pleiteado pelos proprietários, conforme descrito na NE nº 15.1(e).

8.1. Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2023	31.12.2022
Margem de Construção	1,65%	1,65%
Margem de Operação e Manutenção	1,65%	1,65%
Taxa de remuneração (a)	8,30% a.a.	8,29% a.a.
Índice de correção do contrato	IPCA	IPCA
RAP anual conforme Resolução Homologatória	312.074	300.257

(a) Taxa média ponderada do contrato

9. Fundos vinculados

	31.12.2023	31.12.2022
Aplicação CEF - Reserva Debêntures (a)	95.511	137.286
Aplicação CEF - Pagto Debêntures (b)	17.524	16.880
Aplicação BB - Caução Fornecedores	35	35
	113.070	154.201
	Circulante	17.559
	Não circulante	95.511
		16.915
		137.286

(a) Valores aplicados em fundos vinculados até o fim do contrato, com montante equivalente à 100% da parcela semestral vincenda.

(b) Montante destinado ao pagamento da próxima parcela das debêntures, que ocorrerá em maio de 2024

10. Imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação Acumulada	31.12.2022
Máquinas e equipamentos	500	(282)	218	359	(252)	108
Móveis e utensílios	126	(39)	87	120	(32)	89
	626	(321)	305	479	(283)	196

A movimentação do imobilizado está demonstrada nos quadros abaixo:

	Saldo em 31.12.2022	Adições	Depreciação	Saldo em 31.12.2023
Máquinas e equipamentos	108	141	(31)	218
Móveis e utensílios	88	6	(7)	87
	196	147	(38)	305

11. Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	4.387	4.314
Provisões contratuais	3.655	9.021
	8.042	13.335

No exercício findo em 31.12.2023 mantiveram-se as seguintes provisões contratuais de eventos já realizados para os quais ainda não foram efetuados os pagamentos e emissão de documentos fiscais.

	31.12.2022	Reversões	Pagamentos	31.12.2023
Custo de construção				
EPC (EPC'ista)	4.540	(2.540)	-	2.000
Gestão fundiária	690	(400)	(235)	55
Engenharia do proprietário	1.353	(53)	-	1.300
Comissionamento	589	(242)	(347)	-
Telecomunicação	300	-	-	300
Compensação ambiental	1.549	-	(1.549)	-
Total	9.021	(3.235)	(2.131)	3.655

As provisões são constituídas, principalmente, de valores estimados a pagar à Consórcio EPC'ista, referentes a custos imprevistos que decorreram de fatos supervenientes, dentre eles aqueles que redundaram na extensão do cronograma de implantação do empreendimento.

Em 2023 houve reversões de valores devido à novas estimativas da Administração.

12. Partes relacionadas

	Passivo		Despesas	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controladores				
Copel Geração e Transm. de Energia S.A.				
Serviços de O&M	2.164	3.222	(13.588)	(18.885)
Dividendos	13.837	13.333	-	-
Engenharia do proprietário (NE nº 11)	1.300	1.353	(53)	-
Comissionamento (NE nº 11)	-	400	(79)	-
Compartilhamento de custos	712	777	-	-
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento de custos	335	359	-	-
Furnas Centrais Elétricas S.A				
Dividendos	13.782	13.280	-	-
Telecomunicações (NE nº 11)	300	300	-	-
	32.431	33.024	(13.720)	(18.885)

Pessoal chave da Administração

O pessoal chave da Administração, formado pela Presidência, Diretorias, Conselho de Administração e Comitê de Auditoria Estatutário, teve remuneração de R\$ 2.340 até 31.12.2023 (R\$ 2.599 em 31.12.2022).

13. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros do contrato (a.a.)	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
2ª (a)	15.04.2019	21	15.11.2030	IPCA + 4,95%	210.000	211.459	225.556
3ª, série 1 (b)	15.11.2021	19	15.11.2031	IPCA + 7,0605%	400.000	417.796	416.377
3ª, série 2 (c)	15.11.2021	31	15.11.2037	IPCA + 6,0762%	550.000	600.636	582.149
3ª, série 3 (c)	15.11.2021	39	15.11.2041	IPCA + 6,2339%	550.000	590.885	578.431
				Dívida bruta		1.820.776	1.802.513
				(-) Custo de transação		(57.694)	(62.944)
				Dívida líquida		1.763.082	1.739.569
				Circulante		77.365	70.775
				Não circulante		1.685.717	1.668.794

Destinação:

(a) (c) Pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas a implantação do projeto.

(b) Reforço de caixa da Emissora e reperfilamento de seu endividamento; redução do capital social da Companhia.

Garantias: Fidejussória, Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, Penhor de Ações

Pagamento de encargos: Semestral.

13.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

2025	70.609
2026	76.817
2027	86.645
2028	92.687
2029	101.741
Após 2029	1.257.218
	1.685.717

13.2. Mutação das debêntures

Em 31.12.2022	1.739.569
Encargos	200.423
Amortiza�o - principal	(64.547)
Pagamento - encargos	(112.363)
Em 31.12.2023	1.763.082

13.3. Cláusulas contratuais restritivas – covenants

A Companhia deverá manter o  ndice de Cobertura do Serviço da D vida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 anos seguidos ou 4 anos intercalados, com base nas demonstra es financeiras auditadas da Emissora, independentemente da realiza o de depósitos da Conta Complementa o do ICSD em cada um dos períodos. Em 31.12.2023 a Companhia atingiu ICSD de 1,38, bem como todos os indicadores e condi es acordadas foram integralmente atendidas.

Adicionalmente, no presente exercício, a Companhia obteve os termos de atingimento do *completion* físico e financeiro dos agentes fiduciários, VX Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme escrituras da 2  (segunda) e 3  (terceira) emissão de debêntures simples, respectivamente, comprovando o cumprimento integral das condi es estabelecidas, inclusive exonerando as acionistas das fianças oferecidas neste âmbito. Dessa forma a Companhia está liberada   distribui o de 100% do seu resultado financeiro após dedu es legais em dividendos, conforme estabelecido em suas escrituras de emissões de Debêntures.

14. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos
14.1. Direito de uso de ativos

	31.12.2022	Remensura�o	Amortiza�o	31.12.2023
Im�veis	874	(33)	(341)	500
	874	(33)	(341)	500

A amortiza o do direito de uso ocorrerá em 5 anos e seu início ocorreu em julho de 2020.

14.2. Passivo de arrendamentos

	31.12.2022	Remensura�o	Pagamento	Juros	31.12.2023
Im�veis	909	(33)	(373)	29	532
	909	(33)	(373)	29	532
Circulante	353				351
N�o circulante	556				181

14.3. Vencimento das parcelas de longo prazo

Vencimentos	Valor
2025	181
	181

15. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde por diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis quando os critérios de reconhecimento de provisão são atendidos.

Passivos contingentes são obrigações decorrentes de eventos passados sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

15.1. Detalhamento das provisões para litígios e passivos contingentes

Descrição	Provisões		Passivo contingente	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Regulatórias				
Atrasos no empreendimento (a)	-	-	220.000	220.000
Excludente de responsabilidade (b)	-	-	80.263	76.672
Ação Anulatória (c)	-	-	12.651	12.085
	-	-	312.914	308.757
Cíveis				
Cíveis e Direito Administrativo (d)	-	1.029	5.195	6.005
Servidões de passagem (e)	27.485	34.105	24.858	40.943
Desapropriações e patrimoniais	-	-	-	124
Ambientais (f)	4.706	-	4.894	4.862
	32.191	35.134	34.947	51.934
Outras	-	-	192	-
	32.191	35.134	348.053	360.691

- a) Com a postergação das datas de entrada em operação comercial e conseqüentemente o atraso das parcelas que compõem a RAP do empreendimento, ressalta registrar a Nota Técnica nº 0463/2018 – SCT – Aneel, apontada no termo de liberação parcial da Cantareira Transmissora de Energia S/A na qual a Aneel propôs descontar da MSG a RAP que deixou de ser recebida pela Cantareira no período de 03.03.2018 até o encerramento da pendência impeditiva de terceiros, limitada a 10% da RAP da MSG, conforme Processo 48500.002550/2018, no qual foi emitido o Despacho Aneel nº 168/2019. A MSG protocolou pedido de reconsideração em função desta decisão, tendo a Aneel publicado o Despacho nº 446/2019 suspendendo os efeitos do Despacho recorrido. Posteriormente, a Diretoria decidiu, por meio do Despacho Aneel nº 796/2020, dar provimento ao Pedido de Reconsideração interposto pela MSG, reconhecendo como nulos e sem efeitos todos os atos posteriores à Nota Técnica nº 0463/2018.
- b) A MSG interpôs Requerimento Administrativo com pedido de medida cautelar em 17.08.2018 perante a Aneel com objetivo de reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso no cronograma face a ocorrência de fatos não imputáveis à MSG, a oponibilidade de qualquer imputação de multa ou inadimplência, execução e garantias, penalidades em geral e restrição de direitos, conforme consta no Processo nº 48500.004578/2018. Neste sentido, a Aneel proferiu o Despacho nº 741/2019 negando o pedido de medida cautelar, por entender não tramitar na Aneel nenhum procedimento que possa trazer prejuízo para a MSG. Posteriormente, a Diretoria decidiu,

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

por meio do Despacho nº 3.323/2020, negar provimento ao Requerimento Administrativo, havendo a MSG interposto Pedido de Reconsideração contra essa decisão, o qual foi indeferido. Toda essa questão foi processada nos Autos 48500.006277/2018, no qual a MSG apresentou manifestação prévia. Em 26.05.2022 a Aneel publicou o Despacho nº 1.339/2022, aplicando penalidade de multa no valor de R\$ 68.394, com data-base de abril de 2021, devendo ser atualizado pelo IPCA até a data do efetivo pagamento. Diante desta imposição, a Companhia impetrou Mandado de Segurança e pedido de Antecipação de Tutela Recursal, obtendo esta última, que não somente retirou eficácia, exigibilidade e exequibilidade da multa imposta, como também afastou qualquer oneração ou desembolso efetivo de recursos até a deliberação final e irrecorrível na esfera administrativa acerca do Pedido de Reconsideração apresentado pela Impetrante no Processo Administrativo. Posteriormente à obtenção da Antecipação de Tutela Recursal, foi protocolizado pedido de Tutela Cautelar Antecedente, a qual foi, em sede de Agravo de Instrumento, deferida para “determinar a “suspensão da multa de R\$ 68.394.410,16 (sessenta e oito milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e dez reais e dezesseis centavos, na data-base de abril de 2021) aplicada por meio do Despacho ANEEL nº 1.339/2022, bem como afastar a exigência e a oponibilidade à Agravante de quaisquer ônus adicionais, imputação de multa ou inadimplência, execução de garantias, penalidades em geral e/ou restrição de direitos (inclusive perdas de receita de transmissão, compensações e/ou descontos sob a forma de parcela variável) correlata e/ou em decorrência da ultrapassagem dos marcos temporais previstos no Contrato de Concessão nº 01/2014- ANEEL”, até o pronunciamento definitivo da Turma julgadora”. O mandado de segurança inicialmente impetrado foi denegado, porém, em razão da liminar obtida na Tutela Cautelar Antecedente, a exigibilidade da multa permanece suspensa.

- c) Procedimento comum cível que objetiva a suspensão liminar e anulação das decisões do ONS que impuseram a aplicação da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), tendo em vista que a indisponibilidade decorreu de ato de sabotagem em que a MSG foi vítima. No aludido processo foi deferida liminar para suspender e restituir os valores descontados da MSG.
- d) Houve quitação no montante de R\$ 1.990 conforme acordo celebrado no âmbito do processo judicial 0314440.95.2015.8.19.0001 com a Medral geotecnologias e ambiental Ltda.
- e) Discussão entre o valor avaliado pela MSG para pagamento e o pleiteado pelo proprietário para instituição das servidões de passagem. A Administração entende que o risco de desembolso da diferença positiva entre o valor da indenização já fixado em perícia definitiva e o valor oferecido pela MSG na petição inicial é mais adequadamente classificado como passivo contingente enquanto não prolatada a sentença pelo Magistrado. Contudo, após a prolação da sentença, sendo o valor da indenização fixado em patamar superior ao já depositado no processo, o risco de desembolso dessa diferença positiva passa a ser classificado como provável, mesmo que exista a possibilidade de interposição de recursos aos tribunais superiores, pois a probabilidade de desembolso de recursos a partir da sentença é sensivelmente superior à probabilidade de que tais recursos não sejam despendidos. Tendo em vista que estes valores são passíveis de indenização, foram registrados em contrapartida do ativo de concessão, conforme detalhado na NE nº 8.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

f) Mantido como passivo contingente, os Autos de infração emitidos pelo IBAMA em função de supostas irregularidades ambientais, tais como: não atendimento à condicionantes de vinculadas à licença de instalação, lançamento de substâncias oleosas em desconformidade à legislação, destinação inadequada de resíduos, descumprimento de obrigação prevista no sistema de logística reversa, entre outras questões.

Foi constituída uma provisão referente a Reposição Florestal para atendimento a condicionante das Licenças de Instalação e Operação do empreendimento. Para o atendimento a condicionante, em 2019 foi realizado, em uma das áreas acordadas com o órgão, o plantio de indivíduos arbóreos em 117 hectares na Fazenda São Bernardo. Em março de 2022, a MSG protocolou um ofício apresentando o Relatório Final do plantio na referida área e o IBAMA não se manifestou a respeito. Em maio de 2023, o IBAMA emitiu outro ofício cobrando um posicionamento quanto as falhas apontadas em vistoria realizada. Em junho de 2023 a MSG respondeu informando o avanço do Programa de Reposição Florestal e que iria realizar o Levantamento Fitossanitário da área para posteriormente elaborar um Plano de Ação para atender o Programa por completo. Em outubro de 2023, o IBAMA cobrou o plano de ação quanto à reposição na fazenda São Bernardo e em novembro de 2023 a MSG respondeu via ofício, apresentando o Diagnóstico Fitossanitário da área de plantio, onde constatou-se o aproveitamento de apenas 38 hectares, e devido aos diversos fatores, como a dificuldade de se manter o plantio no local, pediu o encerramento do plantio nesta área com o aproveitamento dos 38 ha e solicitou dilação do prazo para apresentar o Plano de Ação para o restante da área a ser compensada. A MSG aguarda o retorno do IBAMA referente a informação e pedido solicitado em resposta ao ofício, no entanto, sendo na Fazenda São Bernardo ou em outra área, o fato é que a MSG precisa atender a condicionante por completo, por isso, estima-se o valor de R\$ 4.706 para execução dessas atividades.

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

	31.12.2023			31.12.2022		
	Valor	Qtde	%	Valor	Qtde	%
Copel	605.992	605.991.505	50,10%	605.992	605.991.505	50,10%
Furnas	603.082	603.082.053	49,90%	603.082	603.082.053	49,90%
Total	1.209.074	1.209.073.558	100,00%	1.209.074	1.209.073.558	100,00%

Em 01.12.2023 o Conselho de Administração aprovou a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 74.110.387,00 (setenta e quatro milhões, cento e dez mil e trezentos e oitenta e sete reais). Tal redução foi previamente autorizada pela 42ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de Acionistas, pela Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) da 2ª emissão de debêntures, pela escritura da 3ª emissão de debêntures e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Para sua efetivação, resta a reforma do Estatuto Social da Companhia, para fazer constar o seu novo capital social, que demanda a realização de AGE, já ocorrida no dia 29.12.2023, e manifestação prévia favorável da Aneel.

Por fim, com a finalidade de conceder o prazo para oposição de credores quirografários, a ata da AGE deverá ser levada a registro perante a JUCESP, após decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da sua

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

publicação, nos termos do Art. 174 da Lei 6.404/76. Desse modo, estima-se que a transferência para as acionistas do valor acima mencionado (evento financeiro) deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2024.

16.2. Reserva legal e Reserva de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do Capital Social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após as determinações legais e proposição de dividendos.

16.3. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	116.292	112.056
Reserva legal (5%)	(5.815)	(5.603)
	110.478	106.453
Dividendos propostos		
Dividendo mínimo obrigatório	27.619	26.613
Dividendo adicional proposto (*)	82.858	-
	110.478	26.613
Dividendos por ação	0,09137	0,02201

(*) Vide NE 13.3 - atingimento de *completion* físico e financeiro com consequente liberação de distribuição de 100% do resultado financeiro após deduções legais em forma de dividendos, por parte dos agentes fiduciários das emissões de debêntures.

16.4. Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Ações ordinárias	116.292	112.056
Denominador básico e diluído (em milhares)		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	1.209.073.558	1.209.073.558
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação		
Ações ordinárias	0,09618	0,09268

17. Receita operacional líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Receita Bruta		
Receita de operação e manutenção - O&M	77.729	73.342
Receita de juros efetivos	351.750	352.272
Receita de construção	6.887	14.280
Provisão (reversão) para Indisponibilidade da linha	(2.683)	10.942
Outras receitas	353	1.637
	434.036	452.473
(-) Tributos sobre a receita		
Pis e Cofins s/ faturamento	(31.136)	(28.898)
Pis e Cofins diferidos	(6.452)	(5.280)
Encargos regulatórios	(2.985)	(2.769)
	(40.573)	(36.947)
Receita operacional líquida	393.463	415.526

18. Custo de operação

	31.12.2023	31.12.2022
Edificações e obras civis	-	(591)
Máquinas e equipamentos (a)	(17.543)	(9.642)
Indenizações nas servidões (b)	(6.886)	(12.838)
Outros (c)	-	193
Custo de construção	(24.429)	(22.878)
Serviços de O&M	(13.588)	(19.231)
Serviços de terceiros	(3.700)	(4.759)
Depreciação e Amortização	(8)	-
Outros	(1.523)	(2.975)
Total	(43.248)	(49.843)

(a) Custos residuais e compra de equipamentos sobressalentes.

(b) Custos de indenizações em ações judiciais de servidão.

(c) Montante positivo devido á reversão de despesas de viagens para o custo de operação.

19. Resultado financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas Financeiras		
Renda de aplicações financeiras	37.191	36.525
Atualização de depósitos judiciais	2.857	4.456
Juros sobre impostos a compensar (a)	9.297	3.350
(-) PIS e Cofins sobre receitas financeiras	(2.301)	(2.067)
Outras receitas financeiras	144	65
Total de receitas financeiras	47.188	42.329
Varição monetária e encargos da dívida	(200.427)	(218.470)
Juros s/ passivo de arrendamento	(29)	(41)
Outras despesas financeiras	(312)	(1.140)
Total de despesas financeiras	(200.768)	(219.651)
Resultado financeiro	(153.580)	(177.322)

(a) Juros sobre saldos de ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social (NE nº 7.2).

20. Instrumentos financeiros

20.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor Justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	23.560	23.560	32.903	32.903
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	249.515	249.515	119.279	119.279
Fundos Vinculados (b)	9	1	113.070	113.070	154.201	154.201
			386.145	386.145	306.383	306.383
Custo amortizado						
Clientes (a)	6		36.169	36.169	31.764	31.764
			36.169	36.169	31.764	31.764
Total dos ativos financeiros			422.315	422.315	338.148	338.148
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		8.042	8.042	13.335	13.335
Debêntures (c)	13		1.820.776	1.763.950	1.802.513	1.668.812
Total dos passivos financeiros			1.828.818	1.771.992	1.815.848	1.682.147

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2023, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

20.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

As operações financeiras da Companhia são realizadas de acordo com a estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela diretoria e acionistas. Os principais fatores de risco que podem afetar o negócio da Companhia estão detalhados a seguir.

20.2.1. Risco de Crédito

Risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha no cumprimento das obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	23.560	32.903
Títulos e valores mobiliários (a)	249.515	119.279
Fundos Vinculados (a)	113.070	154.200
Clientes (b)	36.169	31.764
	422.315	338.147

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco de perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados aos clientes, relacionado a fatores internos e externos. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, acompanhando com relatórios, informações das empresas que realizaram seus respectivos pagamentos na data correta, as empresas inadimplentes e o percentual de inadimplência na janela de pagamento. Detectada a inadimplência, a Companhia informa a situação diretamente ao cliente e caso não obtenha resposta, comunica o Operador Nacional do Sistema Elétrico.

20.2.2. Risco de Liquidez

Risco representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos. Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias. A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo. A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos seguintes. A partir de 2027, repetem-se os indicadores de 2026 até o horizonte da projeção.

31.12.2023	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	-	4.387	-	3.655	-	-	8.042
Debêntures	NE nº 13	-	-	187.117	825.943	2.965.874	3.978.934

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

20.2.3. Risco de mercado

Risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 9,00% e IPCA – 3,90%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários “1” e “2”, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários Projetados		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	249.515	22.456	16.842	11.228
Fundos Vinculados	Baixa CDI	113.070	10.176	7.632	5.088
		362.585	32.633	24.474	16.316
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta IPCA	(1.820.776)	(17.499)	(21.796)	(26.064)
		(1.820.776)	(17.499)	(21.796)	(26.064)

20.2.4. Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa.

Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas, mas a Companhia procura assegurar o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo

diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.

21. Coberturas de seguros

Os principais seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância Segurada
Seguro D&O	22.10.2024	20.000
Seguro Garantia Judicial	04.02.2025	14.893
Seguro de Vida em Grupo	26.07.2024	300

22. Eventos Subsequentes

22.1. Incorporação de Furnas – Centrais Elétricas S.A. por Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás

Em 11.01.2024 foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobrás que deliberou pela incorporação de sua subsidiária integral Furnas, acionista da MSG com 49,9% do Capital Social.

Neste processo, foi necessária a anuência prévia por parte dos debenturistas da MSG, conforme previam as escrituras, em virtude da modificação na atual composição societária. Essa anuência foi obtida em 09.01.2024, por parte dos debenturistas da 2ª (segunda) e 3ª (terceira) emissões. Todas as despesas do presente pleito, tais como: publicações, aditamentos, *waiver fee* e *fee* de canal foram totalmente assumidas pela Eletrobrás, não havendo pagamentos efetuados por parte da MSG, tampouco por parte da Copel GeT, parceira da Eletrobrás na MSG.

Após a verificação das condições suspensivas, a incorporação ocorrerá na data a ser definida pelo Conselho de Administração da Eletrobrás.

Com a incorporação, a Eletrobrás absorverá todos os bens, direitos, contingências e obrigações de Furnas, inclusive a participação societária na MSG.

José Jurhosa Júnior
Diretor Presidente

Eduardo Henrique Garcia
Diretor Financeiro e de Suprimentos

Fernando de Lima dos Santos
Contador
CRC nº PR – 050585/O-9

Demonstrações Financeiras MSG 4º TRI 2023 - assinada pdf

Código do documento 03c48959-2362-4b3b-8fd9-7a78f4974a4b



Assinaturas



Eduardo Henrique Garcia
eduardo.garcia@msgtrans.com.br
Assinou

Eduardo Henrique Garcia



jose jurhosa junior
jurhosa@msgtrans.com.br
Assinou



Fernando de Lima dos Santos
fernando.lsantos@copel.com
Assinou

Fernando de Lima dos Santos

Eventos do documento

29 Jan 2024, 09:00:21

Documento 03c48959-2362-4b3b-8fd9-7a78f4974a4b **criado** por ANDRÉ FIGUEIREDO G. DE OLIVEIRA (91c60e91-e98b-4ece-b049-076974445ff5). Email:andre@msgtrans.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-29T09:00:21-03:00

29 Jan 2024, 09:01:54

Assinaturas **iniciadas** por ANDRÉ FIGUEIREDO G. DE OLIVEIRA (91c60e91-e98b-4ece-b049-076974445ff5). Email:andre@msgtrans.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-29T09:01:54-03:00

29 Jan 2024, 09:03:24

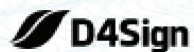
FERNANDO DE LIMA DOS SANTOS **Assinou** - Email: fernando.lsantos@copel.com - IP: 200.1.114.58 (58.114.1.200.static.copel.com porta: 33430) - **Geolocalização: -25.4214144 -49.3355008** - Documento de identificação informado: 034.191.379-07 - DATE_ATOM: 2024-01-29T09:03:24-03:00

29 Jan 2024, 09:35:40

JOSE JURHOSA JUNIOR **Assinou** (5fafac6a-4b2b-4928-b72c-7d0103d1b35a) - Email: jurhosa@msgtrans.com.br - IP: 189.6.9.15 (bd06090f.virtua.com.br porta: 41944) - Documento de identificação informado: 174.593.891-53 - DATE_ATOM: 2024-01-29T09:35:40-03:00

29 Jan 2024, 09:58:12

EDUARDO HENRIQUE GARCIA **Assinou** - Email: eduardo.garcia@msgtrans.com.br - IP: 189.95.155.79 (189-95-155-79.3g.claro.net.br porta: 61936) - Documento de identificação informado: 815.247.496-72 - DATE_ATOM: 2024-01-29T09:58:12-03:00



Hash do documento original

(SHA256):439ad6bcf07f01fa5ae06528f46d80f55535c354b18e6628ac34e01449f4387d

(SHA512):1da21b45b6d0379f2225793e56363774b6ad1619b3443c969b8a7ac15596631d195d4b24cc4a77a580983f998e4dcfd87e1eb40511f0ff507a334a15b8fec176

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 62B1789EB1DC4187A5C4EBE63E7500D8

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: MATADESANTAGENEBRADF23.DEZ.docx, Relatório de Administração MSG.docx, ...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 49

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 7

Rubrica: 0

Jonathan Menezes

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

jonathan.menezes@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.80

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Jonathan Menezes

Local: DocuSign

31 de janeiro de 2024 | 15:06

jonathan.menezes@pwc.com

Eventos do signatário

Valter Vieira de Aquino Junior

valter.aquino@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 26 de novembro de 2021 | 16:55

ID: ce9a99ac-9fcb-4ac8-a0dd-e10e2a84f7ab

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 6AEC1DF6D53D45A...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.160.170

Registro de hora e data

Enviado: 31 de janeiro de 2024 | 15:12

Visualizado: 31 de janeiro de 2024 | 16:22

Assinado: 31 de janeiro de 2024 | 16:25

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data****Eventos com testemunhas****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos do tabelião****Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de resumo do envelope****Status****Carimbo de data/hora**

Envelope enviado

Com hash/criptografado

31 de janeiro de 2024 | 15:12

Entrega certificada

Segurança verificada

31 de janeiro de 2024 | 16:22

Assinatura concluída

Segurança verificada

31 de janeiro de 2024 | 16:25

Concluído

Segurança verificada

31 de janeiro de 2024 | 16:25

Eventos de pagamento**Status****Carimbo de data/hora****Termos de Assinatura e Registro Eletrônico**

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.

